



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

Aos 13 dias do mês de julho de 2017, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1.ª parte

Audição da Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, sobre:- os serviços de assistência da EDP e da GALP, a requerimento do PSD;- a cobrança, pela EDP Comercial, a GALP, a Gold Energy e a Lisboa Gás, aos clientes de gás natural, da taxa de ocupação de subsolo, a requerimento do PSD;- sobre os planos de investimento nas redes de transporte e distribuição de eletricidade e gás natural, a requerimento do PS;- sobre o final da vigência dos contratos CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual) em 2017, a requerimento do PS e BE;- para apresentar o plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras

#### 2.ª parte

1. Apreciação e votação das atas n.º 112/XIII/2.ª, 113/XIII/2.ª, 114/XIII/2.ª, 115/XIII/2.ª e 116/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 4 (manhã e tarde), 5 (manhã e tarde) e 6 de julho de 2017

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 694/XIII/2.ª (PSD) – Beneficiação da EN 223 entre o nó de Arrifana do IC-2 e o nó de Santa Maria da Feira da A-1, servindo o eixo industrial que envolve os concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Arouca

3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 836/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento do sector da ourivesaria e o reforço das contrastarias e 781/XIII/2.ª (PCP) – Recomenda ao Governo o apoio e valorização da ourivesaria e o reforço das Contrastarias e da Imprensa Nacional - Casa da Moeda



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 819/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a inclusão da Fortaleza de Juromenha, concelho do Alandroal, na lista de imóveis que integra o Programa “REVIVE”

5. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 482/XIII/2.ª (PCP) – Consagra a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de janeiro

6. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 136/XIII/1.ª – Objeção à atribuição de uma licença de TUPEM ao consórcio Galp/ENI para a atividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por Santola na Bacia do Alentejo (Aljezur)

- Relator: Deputado Hugo Costa (PS)

7. Outros assuntos

---

#### 1.ª parte

**Audição da Presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, sobre:- os serviços de assistência da EDP e da GALP, a requerimento do PSD;- a cobrança, pela EDP Comercial, a GALP, a Gold Energy e a Lisboa Gás, aos clientes de gás natural, da taxa de ocupação de subsolo, a requerimento do PSD;- sobre os planos de investimento nas redes de transporte e distribuição de eletricidade e gás natural, a requerimento do PS;- sobre o final da vigência dos contratos CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual) em 2017, a requerimento do PS e BE;- para apresentar o plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento, nos termos do artigo 49.º da Lei-quadro das entidades reguladoras**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente deu as boas vindas à Presidente do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e informou que a audição seria organizada em duas rondas, uma para responder aos diversos requerimentos e outra para discussão do plano de atividades e a programação do seu desenvolvimento.

Na primeira ronda, após a intervenção inicial da Presidente do Conselho de Administração da ERSE, usaram da palavra os Senhores Deputados António Topa (PSD), Hugo Costa (PS), Jorge Costa (BE), Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP), tendo a Dr.ª Maria Cristina Portugal de Andrade respondido individualmente às questões colocadas. Ainda no âmbito desta ronda, os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP) usaram da palavra para interpelações à Mesa.

A segunda ronda iniciou-se com uma intervenção inicial da Presidente do Conselho de Administração da ERSE, tendo solicitado esclarecimentos os Senhores Deputados António Topa (PSD), Hugo Costa (PS), Jorge Costa (BE) e Bruno Dias (PCP), os quais foram prestados pela Dr.ª Maria Cristina Portugal de Andrade em resposta conjunta.

A audição foi objeto de [gravação](#), que faz parte integrante desta ata e pode ser consultada na página da Comissão na Internet.

#### **2.ª parte**

#### **1. Apreciação e votação das atas n.º 112/XIII/2.ª, 113/XIII/2.ª, 114/XIII/2.ª, 115/XIII/2.ª e 116/XIII/2.ª, relativas às reuniões de 4 (manhã e tarde), 5 (manhã e tarde) e 6 de julho de 2017**

Iniciada a segunda parte da reunião, o Senhor Presidente colocou à apreciação e votação as atas em epígrafe, as quais foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.

#### **2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 694/XIII/2.ª (PSD) – Beneficiação da EN 223 entre o nó de Arrifana do IC-2 e o nó de Santa**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

#### **Maria da Feira da A-1, servindo o eixo industrial que envolve os concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, Santa Maria da Feira e Arouca**

O Senhor Deputado António Topa (PSD) apresentou o projeto de resolução, referindo que o problema que lhe estava na origem não era recente. Referiu que este eixo viário tem milhares de veículos a circular, nomeadamente pesados, porque serve uma região muito industrial, que contribui muito para o PIB do país. Considerou que a estrada estava muito maltratada e esteve inclusive prevista a sua transformação em autoestrada, mas o município optou por fazer uma requalificação. Referiu também que a EN 223 corta a cidade de Santa Maria da Feira em duas e, para resolver esse problema, tinha sido equacionada a construção de um túnel, que considerou essencial. Lembrou também que o Governo PSD/CDS-PP tinha chegado a adjudicar a empreitada para a realização destas obras de beneficiação, não havendo razão para não se realizarem. Concluiu, reforçando a importância desta estrada para a região. Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados António Cardoso (PS), João Almeida (CDS-PP), Heitor de Sousa (BE) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado António Cardoso (PS) considerou que a requalificação desta estrada era uma obra fundamental, lembrou o projeto de resolução do PSD aprovado em 2015 e o do PS rejeitado na mesma altura. Reiterou que a EN 223 serve um eixo industrial importante e, fundamentalmente, o acesso ao hospital. Em relação ao ponto 1 do projeto de resolução, adiantou que o Secretário de Estado garantiu ao Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira que a obra seria realizada em 2018. Quanto ao ponto 2 e ao facto de a cidade de Santa Maria da Feira ter sido dividida por esta via, considerou que o túnel era uma obra um pouco arrojada, deveria ter 200 a 250 metros de comprimento e tornar-se-ia uma solução onerosa. Considerou haver outras soluções a ponderar para ultrapassar este obstáculo e concluiu, propondo a alteração deste ponto do projeto de resolução.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Almeida (CDS-PP) afirmou que o seu grupo parlamentar se revia no projeto de resolução. Referiu que todos os que passam regularmente naquele eixo são vítimas da situação, sendo que muitos usam vias



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

alternativas, algumas mais onerosas, porque os custos do acesso a norte pela A1 ou pela A33 não são os mesmos. Reiterou ainda que esta via é um acesso fundamental a uma infraestrutura tão essencial como o hospital. Não defendendo uma relação de causa-efeito direta, lembrou que a região contribui muito mais para a riqueza nacional do que aquilo que está a pedir para que possa continuar a contribuir para a riqueza nacional. Concluiu, solicitando a compreensão de todas as forças políticas para o facto de haver projetos mais arrojados que têm de ser feitos faseadamente e para que não se pusesse na gaveta algo que já estava em curso no Governo anterior e que já podia estar quase concluído se o processo não tivesse sido interrompido.

O Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) afirmou que o seu Grupo Parlamentar concordava genericamente com o espírito do projeto de resolução mas não com a sua letra. Considerando indiscutível a necessidade de requalificação desta estrada, questionou a forma como a Infraestruturas de Portugal inscreveu ou não o projeto de requalificação da EN233 no seu programa de trabalhos dentro do programa de obras de proximidade a nível da rede rodoviária nacional e que isso era essencial para perceber o grau de exequibilidade da proposta que constava do projeto de resolução. Referiu que a solução do túnel, em situações de uma determinada quantidade de fluxo rodoviário, era justificável mas não era a única e que tal dependia da direção dos fluxos de atravessamento de um determinado cruzamento, da quantidade desses fluxos e das alternativas existentes.

De seguida, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que o PCP, no que tocava ao ponto 2 do projeto de resolução, as dúvidas que existem sobre questões técnicas e económico-financeiras bem como sobre a extensão da obra de arte do túnel são dúvidas legítimas e o facto de este ponto apresentar outra solução alternativa que permite salvaguardar este aspeto deve ser tido em conta. Afirmou que esta questão existe desde 2001, quando o PCP organizou um “buzinão”, com as autarquias locais, para chamar a atenção para a situação desta estrada, e que a mesma se tem vindo a agravar. Fez referência à deliberação recentemente aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira e concluiu, esperando que em breve se concretize este investimento, que é um anseio das populações há muito tempo.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

Para encerrar a discussão, tornou a usar da palavra o Senhor Deputado António Topa (PSD), para reiterar os termos resolutivos, lembrar que o concurso para a empreitada das obras de beneficiação da estrada tinha sido lançado há três anos e até tinha sido feita a seleção de candidatos. Reafirmou que esta obra era uma velha aspiração das pessoas da cidade, porque a acessibilidade ao nó da autoestrada tinha sido mal feita há muitos anos. A solução do túnel tinha sido defendida pelas câmaras municipais mas o projeto tinha sido feito pela então Estradas de Portugal, agora Infraestruturas de Portugal. Como não havia desenvolvimentos na situação, os municípios propuseram fazer, pelo menos, a beneficiação da estrada, no que se referia ao tratamento de bermas e a criação de uma rotunda. Informou que o PSD defendia que se retomasse o projeto do túnel ou uma solução alternativa e que já sabia que iria ser apresentada uma solução alternativa e não o projeto do túnel. Considerou que o acesso ao hospital, que serve mais de 300 000 pessoas, era uma vergonha. Reiterou que o que estava definido em planos das Infraestruturas de Portugal era a beneficiação da EN223, que o projeto de resolução previa a retoma do projeto do túnel ou a apresentação de uma solução alternativa e que as câmaras municipais tinha capacidade de diálogo quanto a esta questão.

Finalmente, o Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE) esclareceu que o que tinha pretendido dizer, na sua intervenção, era que, se o projeto era da Infraestruturas de Portugal, não havia razão para se abdicar dele e o que fazia sentido era perguntar à Infraestruturas de Portugal e ao Governo por que é que um projeto que já estava feito não avançava. Reiterou que não se opunha à construção do túnel mas a forma como estava formulado o ponto 2 do projeto de resolução podia dar azo a que nunca houvesse uma solução.

**3. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.ºs 836/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento do sector da ourivesaria e o reforço das contrastarias e 781/XIII/2.ª (PCP) – Recomenda ao Governo o apoio e valorização da ourivesaria e o reforço das Contrastarias e da Imprensa Nacional - Casa da Moeda**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução N.º 836/XIII - Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam o desenvolvimento do sector da ourivesaria e o reforço das contrastarias, sublinhando ter surgido no seguimento da Petição nº 157/XIII/1ª, com 1º Peticionante a AORP - Associação de Ourivesaria e Relojoaria de Portugal, e concluiu no sentido de que o Governo:

- promova a avaliação do impacto da aplicação da Lei n.º 98/2015, com eventual adaptação necessária,
- proceda à auscultação e diálogo com os agentes económicos do sector da ourivesaria, e
- à uniformização de procedimentos entre as diferentes contrastarias e à redefinição da regulamentação da Lei (tabela de preços, licenças e custos).

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 781/XIII/2.ª - Recomenda ao Governo o apoio e valorização da ourivesaria e o reforço das Contrastarias e da Imprensa Nacional - Casa da Moeda, surgido na continuação da acompanhamento regular deste setor e das jornadas parlamentares do PCP realizadas no distrito do Porto, onde está concentrada, com a Região Norte, esta atividade, com pequenos produtores desta tradição.

Recordou a abstenção do PCP quanto à Lei de 2015 e a Resolução da AR de 2013 aprovada por unanimidade.

Salientou que o principal impacto negativo da Lei de 2015, aprovada pelo PSD e CDS/PP, nas micro e pequenas empresas quanto a prazos, custos administrativos e ao serviço de urgências, e, ainda, quanto à uniformização de procedimentos entre as diferentes contrastarias, tal como proposto pelo PSD.

Defendeu a valorização das contrastarias quanto à orgânica e capacidade de resposta destes Serviços, fundamentando, nomeadamente com a importante experiência acumulada.

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) disse que o Governo criou grupo de trabalho, que já ouviu representantes do setor, e apresentou/aprovou, em Janeiro, o novo regime jurídico da ourivesaria e da contrastaria, que esteve em consulta na Comissão Europeia, com sugestões, e que está em fase de promulgação.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

Esta proposta de lei, que esteve em discussão pública, já tem plasmadas soluções do Projeto de Resolução do PSD, que já está ultrapassado, ao contrário do Projeto de Resolução do PCP, que vai ao encontro desta proposta do Governo, dando explicações e reiterando a apreciação feita dos Projetos de Resolução, e ponderando alteração do Projeto de Resolução do PSD para permitir aprovação.

O Senhor Deputado Joel Sá (PSD), reiterando a conseqüente apresentação do Projeto de Resolução do PSD, sublinhou que ninguém conhece ainda a proposta de lei, que quando for debatida será então apreciada, pelo que o Projeto de Resolução mantém toda a oportunidade.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) disse que mais importante do que o processo de avaliação da Lei, e dos efeitos previsíveis desde a sua aprovação, é tomar medidas concretas para resolver os problemas concretos identificados pelo setor e os da regulamentação da Lei (tabela de preços). Reiterou o Projeto de Resolução do PCP, com soluções para os problemas do setor.

#### **4. Apreciação da informação sobre a discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 819/XIII/2.ª (PSD) – Recomenda ao Governo a inclusão da Fortaleza de Juromenha, concelho do Alandroal, na lista de imóveis que integra o Programa “REVIVE”**

Não tendo havido qualquer sugestão de correção à informação, o Senhor Presidente informou que a mesma seria enviada à Mesa da Assembleia da República, para que o Projeto de Resolução n.º 819/XIII/2.ª pudesse ser votado no período regimental de votações.

#### **5. Apreciação e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 482/XIII/2.ª (PCP) – Consagra a livre opção dos consumidores domésticos de eletricidade pelo regime de tarifas reguladas, procedendo à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 75/2012, de 26 de janeiro**





## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

A apreciação e votação na especialidade desta iniciativa legislativa decorreu de acordo com o [relatório de votações](#) disponível na página da iniciativa na Internet.

**6. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 136/XIII/1.ª –  
Objeção à atribuição de uma licença de TUPEM ao consórcio Galp/ENI  
para a atividade de perfuração de pesquisa na área 233 designada por  
Santola na Bacia do Alentejo (Aljezur)**

**- Relator: Deputado Hugo Costa (PS)**

O Senhor Deputado Hugo Costa (PS) apresentou o relatório final da petição em epígrafe, tendo começado por cumprimentar a equipa de apoio à Comissão pelas muitas diligências que foi necessário fazer junto dos peticionários, e que nem sempre foram fáceis. Prosseguiu, destacando do conteúdo do relatório a discrepância entre o número de assinaturas efetivamente enviadas à Assembleia da República e aquele que os peticionários afirmavam ter recolhido; as iniciativas legislativas e não legislativas pendentes na Assembleia da República sobre a mesma matéria; a audição de peticionários; a resposta do Governo ao pedido de informações; e o parecer final.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados António Costa Silva (PSD), para cumprimentar o relator e considerar o relatório exaustivo e factual; Heitor de Sousa (BE), para cumprimentar o relator e sugerir a inserção de uma ligação, na última linha da página 7, para os documentos entregues pelos peticionários e a inclusão da resposta do Governo nas conclusões; e Bruno Dias (PCP), também para cumprimentar o relator e discordar do orador antecedente, defendendo que a referência à resposta do Governo estava no lugar correto do relatório.

Respondeu o relator, concordando com a sugestão de inclusão da ligação para os documentos entregues pelos peticionários e discordando da sugestão de inserir a resposta do Governo no parecer final.

Submetido o relatório a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV e do PAN.



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

#### 7. Outros assuntos

O Senhor Presidente lembrou a reunião agendada para o dia seguinte, às 9h30m, para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, e informou que seria ainda agendar uma reunião no dia 19 de julho, para discussão e votação dos pareceres sobre as personalidades indigitadas para o Conselho de Administração da ANACOM.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Luís Moreira Testa (PS), para referir o processo legislativo das propostas de lei n.ºs 83/XIII, 84/XIII e 85/XIII e questionar da possibilidade de o mesmo ser terminado a tempo da votação em Plenário no dia 19 de julho. Respondeu o Senhor Presidente que isso dependia do facto de os Grupos Parlamentares quererem ou não apresentar propostas de alteração a essas iniciativas, podendo ser dado prazo para essa apresentação até ao dia 17 de julho. Interveio o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para informar que em princípio o PCP iria apresentar propostas de alteração e não tinha a certeza de conseguir cumprir esse prazo, tendo o Senhor Presidente concluído que se faria a avaliação da situação na terça-feira, dia 18 de julho.

A segunda parte da reunião foi objeto de [registo áudio](#), que pode ser consultado na página das diversas iniciativas na Internet.

A reunião foi encerrada às 18:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de julho de 2017.

**O PRESIDENTE**

**(HELDER AMARAL)**



## COMISSÃO DE ECONOMIA, INOVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

### ACTA NÚMERO 119/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Costa Silva  
Bruno Dias  
Emídio Guerreiro  
Fátima Ramos  
Fernando Jesus  
Fernando Virgílio Macedo  
Heitor de Sousa  
Helder Amaral  
Heloísa Apolónia  
Hortense Martins  
Hugo Costa  
Hugo Pires  
Joel Sá  
Luís Leite Ramos  
Luís Moreira Testa  
Pedro Coimbra  
Ricardo Bexiga  
André Pinotes Batista  
António Topa  
Ascenso Simões  
João Pinho de Almeida  
Jorge Costa  
Luís Vales  
Renato Sampaio

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

André Silva  
António Eusébio  
Carlos Pereira  
Cristóvão Norte  
Luís Campos Ferreira  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Mota Soares

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulino Ascensão